



Nota de repúdio ao Chamamento Público para composição do Conselho Deliberativo do PPDDH

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) e demais organizações que assinam essa nota manifestam repúdio e denunciam o chamamento público para composição dos integrantes da sociedade civil para o Conselho Deliberativo (ConDel) do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), conforme disposto no Edital nº 5/2022 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

O chamamento público ocorreu após modificação realizada ao PPDDH pelo Governo Federal, que, dentre outros pontos, alterou a composição do ConDel do Programa de Proteção pelo Decreto 10.825/2021. Em outubro, o Comitê já alertou para a insuficiência dos 3 assentos incluídos pelo Decreto, não havendo paridade de vagas entre sociedade civil e órgãos do Governo na composição do Conselho, assim como da não previsão de processo de escolha das organizações de maneira participativa e auto-organizada pela própria sociedade civil.

Os problemas questionados pelo CBDDH e por demais organizações de direitos humanos se concretizaram com a publicação do edital, que estabeleceu um processo eleitoral conduzido por uma Comissão Organizadora composta por um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um representante da Secretaria de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e um representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Além das limitações já manifestadas pelo CBDDH quanto à grave violação à participação social na limitação de três vagas para a sociedade civil no ConDel e no estabelecimento das regras para escolha das entidades pelo próprio Ministério, o CBDDH

questiona também a falta transparência e publicidade do chamamento. O prazo para inscrição estabelecido foi de somente 14 dias, insuficiente para a divulgação necessária e participação ampla de entidades e organizações atuantes na temática de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas. Tão insuficiente que as organizações de direitos humanos foram surpreendidas ao ter conhecimento do edital dias após sua publicação, sem que houvesse qualquer esforço por parte do MMFDH para sua ampla divulgação.

O chamamento público realizado pelo MMFDH é mais um retrocesso ao Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos que cria um falso processo de participação social e mostra o descompromisso do Estado Brasileiro com as defensoras e defensores de direitos humanos. Exigimos que as autoridades se manifestem e tomem as devidas medidas para que seja garantido o processo de participação da sociedade civil de maneira paritária e adequada em todo o processo no Conselho Deliberativo e no processo de escolha das entidades.

Assinam essa nota:

1. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
2. Terra de Direitos
3. Justiça Global
4. Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial
5. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
6. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
7. Fórum Grita Baixada
8. Criola
9. Brigadas Populares
10. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
11. Artigo 19
12. Central de Movimentos Populares CMP
13. Grupo Conexão G
14. CDDH Dom Tomás Balduino de MARAPÉ ES
15. Coletivo Margarida Alves
16. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
17. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
18. Comissão Pastoral da Terra - CPT

19. Coletivo Feminino Plural
20. Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra - ES
21. CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
22. Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
23. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
24. Centro de Estudos e Ação Social - CEAS
25. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
26. Pastoral Indígena da Diocese de Floresta (PE)
27. VIVAT INTERNACIONAL
28. Associação Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia -ADHMA
29. Pastoral Indígena da Diocese de Floresta (PE)
30. Comissão de Advocacia Popular - OAB/PE
31. Movimento Contra as Agressões à Natureza - MoCAN - Peruíbe/SP
32. MNDH - ES
33. Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de Sao Paulo
34. Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
35. Celso Henrique D V de Figueiredo
36. Sociedade Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida (Cáceres-MT)
37. AAMOBEP Associação dos Amigos e Amigas do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes
38. Centro de Promoção de Agentes de Transformação - CEPAT
39. SARES - Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental
40. Fórum de Direitos Humanos e da Terra – FDHT MT
41. Centro Burnier Fé e Justiça – CBFJ
42. Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida - OLMA
43. ARTICULAÇÃO GRITO DOS EXCLUÍDOS E DAS EXCLUÍDAS DE MT
44. AAMOBEP Associação dos Amigos e Amigas do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes
45. Antônio Muniz associação pernambucana de cegos Antônio ap ec
46. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès
47. Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga
48. Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
49. Centro Pastoral para Migrantes em Cuiabá - CPM
50. Conselho Indigenista Missionário MT
51. Comissão Pastoral da Terra MT
52. Pastoral Carcerária Regional Oeste 2

53. Associação Auxilium
54. Muniz Coletivo das mulheres defensoras dos direitos humanos
55. Instituto José Ricardo-pelo bem da Diversidade
56. Movimento nacional mães pela igualdade
57. Laboratório Interdisciplinar de inovação em organizações políticas públicas
58. Rede Brasileira de Conselhos RBdC
59. FASE MT
60. CUT MT
61. FEEC-Fórum Estadual de Educação do Campo-Ba